



O Estado da Bahia e o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID: Um olhar para o período de 2014 a 2024

*The State of Bahia and the Brazilian
Innovation and Development Index – IBID:
A look at the period from 2014 to 2024*

ISSN: 2319-0639
OPEN ACCESS

José Pereira Mascarenhas Bisneto ¹

<https://orcid.org/0000-0002-7488-4879>

Alcides dos Santos Caldas ²

<https://orcid.org/0000-0003-4554-4741>

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

² Universidade Federal da Bahia - UFBA

Received on:

September /2025

Approved on:

December/2025

Editor:

Mateus Panizzon, Dr.
PPGA UCS

Assistant Editors:

Catiane Borsatto Ma.
PPGA UCS

Bianca Libardi Ma.
PPGA UCS

Patrícia Fabro Chinelatto Ma.
PPGA UCS

Evaluation Process:

Double blind peer review

Reviewers:

Reviewer 1

Reviewer 2



Este artigo não possui nenhum arquivo associado
This article does not have any associated files.

HIGHLIGHTS

- O estudo analisa o desempenho da Bahia no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) entre 2014 e 2024, sistematizando resultados para identificar avanços, fragilidades persistentes e desafios estruturais relacionados às capacidades de ciência, tecnologia, inovação e dinâmica do ecossistema regional e políticas públicas.
- Com abordagem documental e descritivo-analítica baseada no relatório IBID 2024, a pesquisa examina índices, pilares e subpilares, permitindo avaliação longitudinal da trajetória inovativa da Bahia e oferecendo síntese metodológica organizada para monitoramento do desempenho subnacional e análises comparativas de políticas públicas.
- Os resultados mostram melhora modesta no ranking geral, com melhor desempenho nos pilares Economia e Instituições, porém persistem fragilidades em Capital Humano, Negócios e Conhecimento e Tecnologia, evidenciando barreiras estruturais como qualidade educacional, baixo investimento em inovação e limitada interação universidade–empresa no ecossistema regional.
- Os achados geram implicações práticas para formuladores de políticas e atores do ecossistema, sugerindo investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento, políticas de inovação e maior articulação entre universidades, empresas e governo, visando elevar o desempenho inovador da Bahia, diversificar a economia e reduzir desigualdades regionais.

HOW TO CITE:

Bisneto, J. P. M., & Caldas, A. dos S. (2026). O Estado da Bahia e o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID: Um olhar para o período de 2014 a 2024. Feiras de negócios e laboratórios de inovação: Possíveis articulações. *Brazilian Journal of Management and Innovation (Revista Brasileira De Gestão E Inovação)*, 13(1), 59–69. <https://doi.org/10.18226/23190639.v13n1.06>



RBGI

KEYWORDS

Innovation Policy
IBID
CT&I

ABSTRACT

Objective: To survey, systematize, and discuss the performance of the State of Bahia in the Brazil Innovation and Development Index (IBID) from 2014 to 2024, as published by the National Institute of Industrial Property (INPI).

Design/Methodology/Approach: This is a documentary, descriptive-analytical study based on the analysis of the IBID report published by INPI in 2024. The indices, pillars, and sub-pillars used to construct the IBID were examined.

Originality/Relevance: The study stands out for discussing the IBID results for the State of Bahia between 2014 and 2024, contributing to the qualification of the debate on innovation policy and innovation ecosystems.

Main Results: The IBID results for Bahia were systematized, making it possible to identify the state's evolution over the analyzed period and to highlight dimensions in which performance appears relatively stronger and/or more challenging, in light of STI (science, technology, and innovation) capacities and the dynamics of the innovation ecosystem.

Theoretical/Methodological Contributions/Implications: As a methodological contribution, the paper provides an organized synthesis of the IBID applied to the state-level context, enabling performance tracking over time. As an implication, it reinforces the use of indicators as a tool to support diagnosis and the prioritization of public policies for innovation and regional development.

Social/Managerial Contributions: The systematization of Bahia's performance in the IBID can support public managers and ecosystem stakeholders (universities, firms, funding agencies, and government) in identifying priorities, designing policies, and allocating resources and innovation incentive instruments more efficiently, thereby strengthening regional STI capacities and fostering economic development.

PALAVRAS-CHAVE

Política de Inovação
IBID
CT&I

RESUMO

Objetivo: Levantar, sistematizar e discutir o desempenho do Estado da Bahia no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), no período de 2014 a 2024, conforme publicado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Design/Metodologia/Abordagem: Trata-se de uma pesquisa de natureza documental e descritivo-analítica, baseada na análise do relatório do IBID publicado pelo INPI em 2024. Foram examinados os índices, pilares e subpilares utilizados para a elaboração do IBID.

Originalidade/Relevância: O estudo se destaca por discutir os resultados do IBID para o Estado da Bahia, no período entre 2014 e 2024, contribuindo para qualificar o debate sobre política de inovação e ecossistema de inovação.

Principais Resultados: Os resultados do IBID para a Bahia foram sistematizados, permitindo identificar a evolução do estado no período analisado e evidenciar dimensões em que o desempenho se mostra relativamente mais robusto e/ou mais desafiador, à luz das capacidades de CT&I e da dinâmica do ecossistema de inovação.

Contribuições Teóricas/Metodológicas/Implicações: Como contribuição metodológica, o trabalho oferece uma síntese organizada do IBID aplicada ao recorte estadual, com o acompanhamento de desempenho ao longo do tempo. Como implicação, reforça o uso de indicadores como instrumento para orientar diagnósticos e priorização de políticas públicas de inovação e desenvolvimento regional.

Contribuições Sociais/Gerenciais: A sistematização do desempenho da Bahia no IBID pode apoiar gestores públicos e atores do ecossistema (universidades, empresas, instituições de fomento e governo) na identificação de prioridades, no desenho de políticas e na alocação mais eficiente de recursos e instrumentos de incentivo à inovação, contribuindo para fortalecer capacidades regionais de CT&I e promover desenvolvimento econômico.

1. Introdução

Considerando que o desenvolvimento do capitalismo produz não apenas riquezas materiais, mas também desigualdades sociais; e que estas se manifestam no espaço concreto sobre o qual um conjunto de relações de produção tem lugar, alguns espaços tendem a concentrar riquezas em detrimento de outros nos quais a capacidade produtiva é menor.

O desenvolvimento territorial é condicionado fortemente pela disponibilidade e presença de recursos produtivos e a expressão espacial das disparidades sociais corresponde à distribuição de meios de produção no território. Nesta linha, há regiões dotadas e desprovidas de recursos produtivos e relações capazes de promover um processo equitativo de acumulação de riquezas.

Segundo Simantob e Lippi (2003), a inovação é uma iniciativa, modesta ou revolucionária, que surge como uma novidade para a organização e para o mercado e que, aplicada na prática, traz resultados econômicos para a empresa, sejam eles ligados à tecnologia, gestão, processos ou modelo de negócio.

E, nesta linha, Bin (2008) explica, que segundo o Manual de Oslo (2011), ainda que as inovações tecnológicas estejam frequentemente associadas a atividades científicas e tecnológicas principalmente no seu componente pesquisa e desenvolvimento (P&D) elas não resultam apenas deste tipo de atividade, outras atividades organizacionais, financeiras, comerciais e mercadológicas, tais como aquisição de conhecimento codificado e/ou tácito, marketing, relação com usuários, comercialização, entre outras, são atividades também relacionadas à inovação.

No contexto da economia globalizada do aprendizado, em que se reconhece o significado do conhecimento e a relevância da tecnologia na geração de riquezas, é procedente a questão acerca da distribuição dos recursos de CT&I pelo território.

No Brasil, alguns dos principais esforços nesse sentido verificam-se com a entrada em vigor da Lei de Inovação nº 10.793, promulgada em 2005, criada com o objetivo de fornecer incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica; com a Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005) regulamentando os incentivos fiscais às atividades inovativas; e com a constituição do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Brasileiro para o período de 2007 a 2010 em 2007.

Se apresenta como um dos grandes desafios para o desenvolvimento integrado do Brasil, hoje, conseguir equilibrar as diferenças regionais e socioeconômicas e trazer políticas públicas e investimentos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) pode ser um dos fortes vetores para a resolução desta questão.

Baseado em alguns parâmetros: Instituição, Política, Capacidade Humana, Infraestrutura, Sofísticação Tecnológica e Mercados de Negócios, para chegar a um ranking global para nações sobre inovação, a partir de 2007, vem sendo publicado anualmente o Índice Global de Inovação (Global Innovation Index – GII), usando a metodologia desenvolvida pelo Professor Soumitra Dutta, do Departamento Nacional das Indústrias da Índia (INSEAD).

Seguindo na perspectiva avaliativa dos países e regiões quanto a seus indicadores de inovação, no ano de 2024, foi publicado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) que tem como base os subíndices, pilares e subpilares utilizados pelo Índice de Inovação Global (GII) e tendo uma estrutura conceitual que é resultado da média simples das pontuações do subíndice de entrada (inputs) e do de saída (outputs).

Nesta perspectiva, o objetivo geral deste artigo é discutir, a partir do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), publicado em 2024, os resultados alcançados pelo estado da Bahia.

O trabalho tem como objetivos específicos: a) Analisar a posição da Bahia no ranking nacional e regional do IBID 2024; b) Investigar a evolução do desempenho da Bahia ao longo do tempo (2014–2024), utilizando a retrospectiva do IBID; c) Discutir os fatores contextuais que podem ter influenciado o desempenho da Bahia em inovação; e d) Sugerir ações e políticas públicas para melhorar o cenário de inovação na Bahia, com base nos achados do IBID.

Na sua composição estrutural, além desta introdução, o artigo traz uma discussão teórica sobre ecossistemas de inovação, desenvolvimento

regional, Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento, uma seção com a metodologia, a análise dos resultados alcançados pela Bahia, e por fim, as conclusões.

2. Ecossistema de inovação

2.1. O conceito

Para Jackson (2011), o ecossistema de inovação modela a dinâmica econômica das complexas relações que são formadas entre atores ou entidades cujo objetivo funcional é permitir o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Para Hamad et al. (2015) este conceito guarda uma analogia com o ecossistema biológico por estabelecer a relação de interação entre diversos elementos para concepção da inovação e do empreendedorismo inovador. Um ecossistema biológico pode ser definido como “um conjunto formado pelas interações entre componentes bióticos, como os organismos vivos – plantas, animais e micróbios –, e os componentes abióticos, elementos químicos e físicos – como o ar, a água, o solo e minerais” (Folz e Carvalho, 2014, p. 11).

A partir do conceito de ecossistemas de negócios criado por Moore (1993), que definiu as empresas como parte de um ecossistema, que consiste em uma rede de atores frouxamente interconectadas com o objetivo de capturar valor, o termo ecossistema de inovação passa a desenvolver um processo evolutivo. Nesta linha, Tsujimoto, Kajikawa e Matsumoto, (2018) e Gomes et al., 2018, afirmam que a abordagem de ecossistema de inovação foi ampliada para incluir atores como: empreendedores, investidores privados, inovadores, usuários/comunidades de usuários, formuladores de políticas, entre outros, e com o objetivo de criar valor.

A criação e propagação dos ecossistemas de inovação foi favorecida pela nova realidade econômica que surgiu a partir do ano 2000, onde a inovação contínua é resultado de um processo altamente interativo e colaborativo onde participam diversos atores num processo de colaboração (Russell & Smorodinskaya, 2018).

Para Miri e Macke (2024), nas atividades econômicas, a cooperação para a transferência de conhecimento e o compartilhamento se mostram como oportunidade ou suporte para novos produtos e serviços. Já para Baloutsos, Karagiannaki e Pramataris (2022), no processo de inovação colaborativa, como um conjunto de sistemas de atividades interativas, percebe-se a necessidade de alcançar uma interconexão entre regras e normas de um ambiente de trabalho.

Segundo Spicka (2022), a cooperação entre os atores promove um crescimento abrangente no ecossistema de inovação e Alam, Rooney e Taylor (2022) e Steinbruch, Nascimento e Menezes (2022) defendem que a confiança promove a participação no ecossistema, reduzindo a ansiedade dos atores, promovendo a reciprocidade e permitindo a tomada de decisões.

Na perspectiva de buscar uma definição para o ecossistema de inovação Granstrand e Holgersson (2020) o percebem como “um conjunto em evolução de atores, atividades e artefatos, e as instituições e relações, incluindo relações complementares e substitutas, que são importantes para o desempenho inovador de um ator ou de uma população de atores”.

Já para Carayannis e Campbell (2009) o ecossistema de inovação também pode ser entendido como o meio onde pessoas, cultura e tecnologia, se encontram e interagem para catalisar a criatividade, acionar a invenção e acelerar a inovação nas disciplinas científicas e tecnológicas, nos setores públicos e privados, sendo orientado tanto pela política como de baixo para cima (*bottom-up*), de forma empreendedora.

Programas, ações, políticas e legislações que impulsionam e direcionam o desenvolvimento inovador também são esperados em um ecossistema de inovação. Um ecossistema de inovação é formado por protagonistas que devem liderar o ecossistema de inovação e passar esse protagonismo quando surgem novas lideranças e, portanto, ao reunir os elementos elencados, com a participação ativa, efetiva e articulada dos atores no território, com características benéficas a sua evolução, um ecossistema de inovação tem a capacidade de transformar o desenvolvimento econômico de cidades e regiões. Uma abordagem de ecossistema incentiva todas as partes interessadas a contribuir e agregar valor à evolução de um ecossistema de inovação regional (Felizola, Aragão e Silva, 2023).

2.2. Fases de desenvolvimento

O Processo de desenvolvimento de um ecossistema de inovação, segundo Moore (1993, 1996), se estabelece a partir de quatro fases:

- Nascimento: em que há muita incerteza, o que dificulta a antecipação dos esforços e recursos que serão necessários;
- Expansão: nesta fase, superada a incerteza tecnológica, a preocupação é ganhar massa crítica e incorporar novos negócios, por meio da promoção da diversidade e atração de outros atores;
- Liderança (do ecossistema) ou continuidade: uma vez que o ecossistema passa a se estabelecer com robustez e produtividade, inicia a competição pela liderança dentro do ecossistema, ao mesmo tempo em que precisa continuar a cooperar para manter o ecossistema dominante no ambiente; e
- Renovação: devido ao fato de estar estabelecido, há risco de obsolescência.

Já lansiti e Levien (2004) chama a atenção para a questão da saúde de um ecossistema e destaca que existem três variáveis que podem ser utilizadas para mensurá-la:

- Produtividade: refere-se à habilidade da rede em transformar tecnologia e outras matérias primas de inovação em redução de custos e produtos novos;
- Robustez: diz respeito a capacidade que o ecossistema tem de sobreviver frente a mudanças disruptivas, como por exemplo, uma mudança inesperada de uma determinada tecnologia; e
- Criação de nichos: relaciona-se a habilidade de absorver e incentivar a criação de novos negócios.

2.3. Características

Para Yang (2014 como citado por Ferasso, 2016), as características básicas de um ecossistema de inovação, conforme Quadro 1, são as seguintes:

Quadro 1 – Características do Ecossistema de Inovação

Característica	Descrição
Complexidade	Para operar, o ecossistema adota uma tipologia de rede sistêmica com diferentes agentes de múltiplos setores da economia.
Abertura	Obter energia e informação para a manutenção da vida (remetendo ao conceito de entropia), o ecossistema precisa realizar trocas que vão além de seus limites.
Holismo	Organização dos agentes ocorre dentro dos ecossistemas e o todo resulta em mais do que a soma das partes simplesmente.
Interatividade	A atuação dos agentes se dá com base nos princípios das redes interorganizacionais e sob interdependências.
Dinamismo	As propriedades biológicas de sistemas ecológicos replicam-se aos ecossistemas de inovação, reconhecidas como dinâmicas ecossistêmicas, que geram a coevolução e a adaptação mútua dos agentes, tendo uma evolução sinérgica como resultado.
Estabilidade	Analisa a manutenção ou reestabelecimento da estrutura e funções do ecossistema num estado de certa estabilidade, determinado pelos fatores de adaptação e autorregulação.
Hierarquia	O ecossistema de inovação incorpora camadas multiníveis que poderiam ser aceitas como subsistemas de um ecossistema.

Fonte: Os Autores com base em Ferasso (2016)

Várias outras formas de apresentar as características de um ecossistema de inovação se apresentam na literatura e, dentre elas, merecem destaque:

- Jishnu, Gilhotra e Mishra (2021) registram que o realinhamento contínuo de relações de sinergia entre os participantes, recursos e conhecimentos que levam ao desenvolvimento harmonioso do sistema, como rápida resposta às mudanças das forças que operam interna e externamente;
- Jackson (2011) diz que a maior parte deles se desenvolve com base num paradigma tecnológico específico;
- Para Moore (1996) deve permitir aos membros da comunidade, compartilharem ideias de alinhamento dos seus investimentos e encontrar formas de apoio mútuo, levando em consideração que a continuidade do ecossistema está na criação de uma rede de relacionamentos em que há recompensa mútua; e

- Kon (2016) se concentra na interação no interior do ecossistema e destaca que ela ocorre entre duas formas de inter-relacionamentos econômicos: economia do conhecimento (pesquisa e ensino) e economia comercial (mercado).

Dentre diversas buscas, Spinosa, Schlemm e Reis (2015) caracterizam os ecossistemas como:

- Locais para empresas e inovações baseadas no conhecimento e empreendedorismo, visando o desenvolvimento de inovações contínuas;
- Espaços de aprendizado coletivo, trocas de conhecimentos e práticas de produção e sinergia entre os diferentes agentes de inovação;
- Inicialmente baseada, mas não restrita a parques tecnológicos, parques científicos ou technopolis;
- Organizações especializadas que objetivam promover a cultura da inovação e competitividade das empresas e instituições de pesquisa; estimular e gerenciar o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), empresas e seus mercados; facilitar a criação e consolidação de empresas por meio da incubação e processo de spin-off; gerar sinergia entre os diversos atores, identificando vocações locais e regionais, buscando a viabilidade econômica e tecnológica;
- Algumas vezes, a causa, a consequência das políticas de inovação do governo, com a finalidade de incentivar a produção, difusão e uso de inovações para o desenvolvimento socioeconômico; e
- Envolvimento e esforço integrado entre governo, academia, corporações e empresas não-governamentais.

2.4. Os atores do ecossistema de inovação

Os atores do ecossistema cooperam, colaboram, “se alimentam”, “se adaptam”, apoiam, competem e interagem entre si, sendo inseparáveis deste ambiente (Valkokari, 2015; Pigford, Hickey & Klerkx, 2018) e, na sua conformação, o ecossistema de inovação tem uma significativa gama de atores relacionados.

Na visão de Amitrano, Coppola, Tregua e Bifulco (2017) a diversidade de atores do ecossistema é responsável por possibilitar a inovação de forma bem-sucedida e para Rabelo e Bernus (2015) a dinâmica do ecossistema de inovação faz com que os atores assumam múltiplos papéis ao longo dos diferentes estágios do ecossistema de inovação. Nesta perspectiva, na visão de Valkokari (2015), Ritala e Almonopoulou (2017), a decisão de um ator interfere, direta ou indiretamente, em outro ator, afetando o equilíbrio e a dinâmica do ecossistema.

Para Pucci, Runfola, Guercini e Zanni (2018) o papel dos atores e suas interações representam uma parte essencial do processo de inovação, transformando os recursos e atividades dos atores envolvidos em geração de valor econômico e social. Já para Adner e Kapoor (2010) a interação entre os atores fortalece a relação de dependência entre os mesmos e influencia de maneira importante a mobilização para geração de resultados e o sucesso em um ecossistema de inovação.

Na visão de Bagley, Gifford e McKelvey (2022) cada empresa deve sentir, mapear e identificar os atores relevantes do ecossistema externo que são necessários para desenvolver e fornecer serviços inovadores, incluindo suas contribuições de valor.

Etzkowitz (1996), em seu trabalho na década de 1990, criou um modelo baseado na interação de três hélices e que passou a ser conhecido mundialmente como tríplice hélice, definindo governo, academia e empresa como principais entidades que precisam interagir para promover a inovação.

Com base nesse conceito e acompanhando a tendência em dividir os atores do ecossistema de inovação em categorias denominadas de hélice, Teixeira, Trzeciak e Varvakis (2017) definiram como atores do ecossistema de inovação os seguintes:

- Ator de Conhecimento: são responsáveis por formar pessoas, promover o espírito empresarial e fomentar a criação de empresas futuras. Fornecem o principal ativo para a inovação: pessoas com conhecimento, os chamados talentos;
- Ator Público: são promotores do ecossistema de inovação, uma vez que, promovem programas, regulamentos, políticas e incentivos. Articulam um ambiente de negócios favorável não apenas na geração da

inovação, mas também ao nascimento, crescimento e investimentos em empresas;

3. Ator Empresarial: organizações que convertem ideias, planos e modelos de negócios em novos produtos, serviços, processos e, finalmente, em empresas. Conseguem juntar a visão técnica com a visão de negócios para colocar uma novidade no mercado;

4. Ator de Habitats de Inovação: geram os espaços propícios para que a inovação e o empreendedorismo ocorram. Eles são os hubs do ecossistema de inovação e promovem as ações necessárias de animação do ecossistema em termos de desenvolvimento estratégicos de desenvolvimento de talentos, capital e conhecimento;

5. Ator de Fomento: não podem ser encarados apenas como bancos e fundações de amparo. Os investidores privados (anjo, seed ou de risco) também são esperados em ecossistemas fortes;

6. Ator Institucional: organizações públicas ou privadas e independentes que atuam com inovação e representam demais atores ou classes de atores. Os atores institucionais atuam de forma a impulsionar os interesses de nichos diversos; e

7. Ator da Sociedade Civil: pessoas que criam na sociedade demandas e necessidades, podendo influenciar os negócios e impactar no desenvolvimento da inovação. Atuam de forma voluntária no ecossistema e são animadores e entusiastas de diferentes atividades.

3. Desenvolvimento regional

O termo desenvolvimento está ligado ao processo de evolução para estágios superiores à medida que transforma a realidade social com a modernização de suas atividades organizacionais, financeiras, industriais, científico-tecnológicas, dentre outras, implantando ao longo da história processos de inovação em vista de promover melhorias nos diversos setores que integram a sociedade, a fim de provocar desenvolvimento e bem-estar para os indivíduos que a compõe.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento tem adquirido diversos significados e vem ganhando várias concepções e aplicações, nestas últimas décadas, em vista de demonstrar as mudanças e transformações ocorridas na sociedade, servindo para avaliar seu nível de progresso, e o bem-estar de seus indivíduos.

De acordo com Amaro (2003), o conceito de desenvolvimento é cientificamente assumido desde a Segunda Guerra Mundial até a atualidade, no entanto, tem referências do início das sociedades industriais, em que ganhou possibilidade e desejabilidade, sendo viabilizado materialmente a partir das sociedades europeias, desde as revoluções Agrícola, Comercial, dos Transportes e das Vias de Comunicação e a Revolução Tecnológica, as quais alimentaram a Revolução Industrial, dando conteúdo às suas sociedades tendo efeitos nas condições materiais e de produção, tornando-se marcos simbólicos para o sentido que o conceito de desenvolvimento assumiu desde o início.

Ainda de acordo com Amaro (2003), e apresentado no Quadro 2, as consequências mais importantes, as quais destacaram características de desenvolvimento nestas revoluções foram:

Quadro 2. As revoluções e suas consequências.

Revolução	Consequências
Agrícola	Mercantilização da terra, o aumento da produtividade agrícola e o consequente êxodo rural.
Comercial	Nascimento da economia da troca e a necessidade de produzir excedentes.
Transportes e das Vias de Comunicação	Criação das bases da sociedade da comunicação e da circulação de pessoas, mercadorias, capitais, serviços e informações.
Tecnológica	Eleticidade, a máquina a vapor, o motor de combustão interna, dentre outros.

Fonte: Os Autores com base em Amaro (2003)

Estas revoluções marcaram profundamente o conceito de desenvolvimento que as tomou como referência e de acordo com Amaro (2003, p. 4) nos primeiros 30 anos após a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento foi baseado nas seguintes premissas: economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo e tecnologicismo.

A essência do conceito de desenvolvimento foi dominada pela Ciência Econômica durante muito tempo, desde que Adam Smith escreveu “A Riqueza das Nações”, em 1776, considerado o primeiro manual de Economia, o qual o autor destaca a natureza e as causas da riqueza das nações, sendo mais tarde designado como progresso e desenvolvimento.

Assim, percebe-se que predominavam as teorias do desenvolvimento propostas pela Ciência Econômica, a qual Smith foi seu precursor, com vista a ligar o processo de desenvolvimento ao progresso da economia e ao aumento do bem-estar da sociedade.

Neste período, outros autores destacaram as causas e as perspectivas de progresso das sociedades saídas da Revolução Industrial. Destaca-se Joseph Schumpeter, com as suas intuições e propostas sobre desenvolvimento, inovação e empresários, trazendo a perspectiva de desenvolvimento como sendo “um conjunto de transformações disruptivas que fazem uma economia mover-se [...] e que tem sua origem nas inovações introduzidas pelos empresários da economia” (Souza, 2016, p. 54).

Essa visão economicista da conceituação de desenvolvimento começou a tomar novos rumos nos finais dos anos 1960 e início dos 1970 em vista das falhas nas estratégias de desenvolvimento, dado que os países desenvolvidos não conseguiam cumprir os compromissos de ajudar aos países em desenvolvimento, o que provocou diversas contestações e revoltas, visto que o desenvolvimento tinha tomado vias contrárias não conseguindo promover o bem-estar social esperado.

Nessa sequência, houve a criação de novas conceituações para desenvolvimento, tendo em vista englobar o desenvolvimento tanto social, quanto ambiental. Na perspectiva de sociedade, destaca-se a participação cidadã com o exercício pleno da cidadania, sendo o desenvolvimento o resultado de uma participação ativa de todos e tendo como resultado a satisfação de suas necessidades e melhorias das condições de vida. Na perspectiva ambiental, propôs-se identificar os problemas ambientais e propor estratégias de soluções, com vistas a atender as necessidades de desenvolvimento atuais, com a utilização dos recursos naturais, sem comprometer as gerações futuras.

Conceitualmente desenvolvimento regional pode ser entendido como processo de desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente prudente, apoiado na democratização em todas as escalas, participação ativa da cidadania na definição de seu paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha do seu futuro (Souza & Theis, 2019).

Neste processo evolutivo, Siedenberg (2006) inclui mais uma variável, além da social e ecológica nesta discussão: a econômica. Segundo o autor, desenvolvimento regional associa-se a mudanças sociais e econômicas que ocorrem em determinado espaço destacando também a inter-relação dessas variáveis com outros elementos e estruturas presentes na região.

Becker (2001) sugere que é necessário entender desenvolvimento regional como processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é impressa “de dentro e por iniciativa própria” dos agentes locais.

4. Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID

Com o objetivo de estabelecer uma metodologia que permita verificar como a sociedade pode se apropriar dos ganhos gerados pela inovação e responder aos desafios por ela imposta, no ano de 2007, o projeto Global Innovation Index (GII) foi desenvolvido conjuntamente por Johnson Cornell University, World Intellectual Property Organization (WIPO) e pela The Business School for the World (INSEAD).

O GIÍ pretendia servir não apenas como meio de determinar a capacidade de resposta relativa de um país, mas também dá uma imagem mais clara dos seus pontos fortes e deficiências em relação às políticas e práticas relacionadas à inovação.

No seu estágio inicial, o índice era composto por oito pilares e estes agrupados em duas categorias, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Estrutura do Índice Global de Inovação

Sub-índice	Pilar	Função
Fatores de entrada (inputs)	Instituições e políticas	Analisar a estabilidade política geral de um país, a eficácia de seu governo para

		implementar leis, gerenciar regulamentações e responder às preocupações dos cidadãos.
	Capacidade humana	Principalmente provocar uma ligação intrínseca no desenvolvimento de novas ideias via instituições de boa qualidade de ensino superior e centros de p&d.
	Infraestrutura	Realizar e destacar a importância crítica das tecnologias de comunicação da informação (tic) e da infraestrutura geral como facilitadores da inovação.
	Sofisticação tecnológica	Destacar o nível de tecnologia do país, contratação governamental de tecnologia avançada, o uso da internet por parte das empresas, bem como a absorção de tecnologia das empresas, gastos em p&d, pagamentos de royalties de licenças e colaboração de p&d em empresas e universidades.
	Mercados de negócios e capital	Analisar os fluxos de capital, o acesso aos empréstimos e o nível de sofisticação dos mercados financeiros, bem como, a emissão de ações no mercado acionário local e investimento privado em tic e a estimativa da economia informal.
Fatores de saída (output)	Criação de conhecimento	Refletir o grau em que um país pode se desenvolver e aplicar conhecimento para aumentar os componentes de valor agregado em produtos e serviços para uma economia impulsionada pela inovação.
	Competitividade	Evidenciar os produtos inovadores nas indústrias de modo a promover vantagem sobre suas rivais, bens e exportação de serviços, intensidade da concorrência local e amplitude dos mercados internacionais.
	Geração de riqueza	Analisar as medidas comuns para a riqueza via taxa de crescimento anual do produto interno bruto (pib), pib per capital e o volume de ações negociadas.

Fonte: Elaboração dos Autores com base em Schwab e Porter (2008).

As pontuações médias dos pilares de entrada e saída juntos forneciam uma pontuação geral, o Índice de Inovação Global que variava de zero a sete e cada pilar do índice era medido por um número de variáveis quantitativas e qualitativas.

Ao longo das suas 16 (dezesesseis) edições o GII passou por algumas alterações nas composições dos pilares que compõem os subíndices. O GII-2007, o primeiro da série, foi lançado em um momento em que a economia mundial se apresentava em uma expectativa de crescimento, mas que nos dois trimestres finais sofreu uma mudança marcante: com crise hipotecária, crise financeira, inflação e desaceleração crescentes.

O relatório do ano de 2008/2009 promoveu alterações nos dois últimos pilares dos Fatores de Entrada que foram organizados em instituições e políticas, capacidade humana, infraestrutura, sofisticação do mercado e sofisticação empresarial. No pilar Sofisticação do Mercado passou-se a analisar o acesso a instituições financeiras e investidores dispostos a apoiar empreendimentos e empreendedores e no pilar Sofisticação Empresarial passou a analisar quão competentes as empresas são no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias em suas práticas, produtos e serviços. Foi mantida a mesma estrutura dos Fatores de Saída do ano anterior e sua escala numérica contínua de zero a sete.

Ao analisar cento e trinta e duas economias o relatório do ano de 2009/10 trouxe novos pilares incluídos, a saber, os Resultados Criativos e Bem-Estar, que tem dois subcomponentes: resultados criativos e benefícios para o Bem-Estar Social. Enquanto o primeiro subpilar reflete o desempenho no campo das indústrias criativas, o segundo leva em consideração elementos de bem-estar social como o coeficiente de Gini e o PIB per capita (Schwab & Porter, 2018).

Já o GII de 2011 baseou-se na mesma estrutura de dois subíndices, com o intuito de capturar os elementos da economia nacional que permitem atividades inovadoras: Instituições, Capital humano e pesquisa, Infraestrutura, Sofisticação do mercado, e Sofisticação empresarial. E os dois pilares de saída que capturam as evidências reais dos resultados da inovação: Produtos científicos e Produtos criativos. A partir daí passando a ter uma escala mais ampla, com um intervalo contínuo de 0 (zero) a 100 (cem), a estrutura do índice de 2011 permanece até o último relatório publicado em 2023.

Durante os anos de avaliação o número de países participantes tem sofrido variação, sendo cento e quarenta e três, em 2014, o maior número, e cento e sete a menor quantidade, em 2007, primeiro ano de avaliação.

Publicado neste ano de 2024 em duas versões: IBID 2024 - orientando estratégias para a competitividade e – IBID 2014/2024: transformações na organização espacial da inovação no Brasil, o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) segue a metodologia e possui, rigorosamente, estrutura de classificação idêntica à do Índice Global de Inovação (GII) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

O IBID é uma propositura do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), como ocorre no GII, se subdividi em dois grupos. Sendo que o primeiro subíndice compreende o bloco dos elementos que suprem e que podem tornar uma Unidade da Federação ou Grande Região mais ou menos propícia à inovação, no GII designado como Fatores de Entrada (INPUTS) e no IBID como IBID-Contexto. Já o segundo subíndice representa o produto ou resultado do processo inovativo, com o título de Fatores de Saída (OUTPUT) no GII e IBID-Resultado no IBID. Os dois grandes grupos desagregam-se em sete pilares de inovação, aos quais vinculam-se vinte e uma dimensões e que, por sua vez, se desdobram em setenta e quatro indicadores.

O IBID se concentra em dados quantitativos do índice, mas não aprofunda nos aspectos qualitativos do ecossistema de inovação. Questões como a cultura de inovação, a interação entre universidades e empresas, e a capacidade dos gestores para implementar políticas não são abordadas em profundidade.

5. Metodologia

5.1. Locus e objeto da pesquisa

Este artigo tem como locus o Estado da Bahia e como objetivo principal levantar e discutir os seus resultados alcançados no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), publicado pelo INPI no ano de 2024.

Localizado no Nordeste do Brasil, o estado da Bahia possui uma área de quase 565 mil km², sendo o maior estado nordestino em extensão territorial e o quinto no ranking nacional. Possui saída para o Oceano Atlântico a leste, sendo o litoral mais longo de toda a faixa costeira brasileira, com 932 km.

O Estado, segundo estima o IBGE, possuía, em 2024, população de 14.850.513 pessoas. É o quarto estado mais populoso do Brasil, com uma população predominantemente urbana, formada pelo processo de miscigenação entre brancos, índios e negros. A capital estadual, Salvador, é a maior cidade em população do estado e a quarta maior do Brasil, com cerca de três milhões de habitantes.

Principal economia do Nordeste e a sétima do Brasil, a Bahia tem uma economia bastante diversificada e consolidada. O destaque fica para a predominância do setor de Serviços (terciário), seguido pela Indústria (secundário) e a Agropecuária (primário). Em termos de participação no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia temos os Serviços com 55%, e Indústria e Agropecuária com 22,5% cada (IBGE, 2025).

A maior parte das exportações baianas está concentrada no beneficiamento de produtos agrícolas e minerais. O setor primário do estado é formado pela elevada produção agrícola, em especial dos seguintes produtos (SEAGRI, 2025):

Soja - principal grão cultivado na Bahia com produção na safra 2024/2025 de 8,84 milhões de toneladas e o complexo da soja representou metade das exportações do agronegócio baiano em janeiro de 2024;

Algodão - na safra 2024/2025 a produção do caroço de algodão chegou a 1,11 milhão de toneladas e levando a Bahia para se colocar como o segundo maior produtor de algodão do Brasil;

Milho - a produção de milho na Bahia é significativa e coloca o estado entre os maiores produtores nacionais e a safra 2023 gerou 2,7 milhões de toneladas;

Cacau - a Bahia alcançou a marca de 137 mil toneladas em 2024, voltando a ser o maior produtor do Brasil e faturou US\$ 434 milhões com a exportação de cacau e seus derivados neste ano;

Frutas tropicais - a Bahia é o primeiro produtor nacional de mamão, manga, coco e guaraná e está entre os principais produtores de banana, limão e laranja no país; e

Café - o estado está entre os 10 maiores produtores de café do país.

A pecuária baiana também tem grande importância econômica. Em 2024, o rebanho bovino do estado atingiu um recorde de 13,7 milhões de cabeças, o maior volume registrado em meio século, e a produção de ovos de galinha alcançou um recorde de 127,7 milhões de dúzias. No extrativismo, destaca-se a retirada de magnesita e talco, bem como de petróleo.

Já a setor secundário baiano é formado pelas indústrias, apresenta-se com um dinamismo bastante importante, principalmente pela espacialização territorial de suas fábricas. O Polo Petroquímico de Camaçari, por exemplo, é o principal centro industrial do estado, onde estão concentradas as maiores unidades fabris baianas. As principais indústrias da Bahia são a petroquímica, automobilística, máquinas e equipamentos, bebidas, celulose, calçadista e vestuário.

O setor terciário sustenta a sua importante participação na economia do estado por meio das atividades de comércio, serviço e atividades turísticas.

5.2. Procedimentos metodológicos

No desenvolvimento desta pesquisa a análise se orientou por um modelo que tem como base os subíndices, pilares e subpilares utilizados para a elaboração do IBID, conforme o Quadro 4. O IBID tem uma estrutura conceitual que é resultado da média simples das pontuações do subíndice de entrada (inputs) e do de saída (outputs).

O Subíndice Insumo é composto por cinco pilares de entrada que capturam elementos da economia nacional e que podem levar a indução de atividades inovadoras: Instituições, Capital humano, Infraestrutura, Economia e Negócios. Já o Subíndice de Resultado fornece informações sobre as saídas que são os resultados de atividades inovadoras dentro da economia. Existem dois pilares de saída: Conhecimento e tecnologia e Economia criativa.

A metodologia definida para o IBID traz ainda a divisão de cada pilar em três subpilares, totalizando 21 (vinte e um), e cada subpilar é composto por indicadores individuais que chega a um total de 74 (setenta e quatro). Contudo, este artigo se limitou aos índices, subíndices, pilares e subpilares em função das limitações das normas de submissão e grande quantitativo de indicadores individuais que poderia levar a uma análise superficial de cada um.

Quadro 4. Matriz do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID).

Subíndice	Pilar	Sub-pilares
Contexto	Instituições	Ambiente institucional
		Ambiente regulatório
		Ambiente de negócios
	Capital humano	Educação básica
		Ensino superior
		P&D
	Infraestrutura	Tics
		Infraestrutura geral
		Sustentabilidade
	Economia	Crédito
		Investimento
		Indústria, comércio e serviços
	Negócios	Força de trabalho qualificada
		Apoio à inovação
		Absorção de conhecimento
Resultado	Conhecimento e tecnologia	Criação de conhecimento
		Impacto do conhecimento
		Difusão do conhecimento
	Economia criativa	Ativos intangíveis
		Bens e serviços criativos
		Criatividade online

Fonte: Os autores com base no IBID.

6. Análise dos resultados

6.1 Índice geral de inovação e desenvolvimento

O IBID publicado no ano de 2024 demonstra que o Estado da Bahia obtém apenas a décima sexta posição entre as 27 Unidades Federativas avaliadas contra uma décima quinta posição em 2014, conforme Quadro 5. No conjunto dos pilares a Bahia obtém o seu melhor resultado no pilar Economia, com a nona posição, e sua pior posição, vigésima quarta, nos pilares Negócio e Conhecimento e tecnologia.

Em paralelo, quando observados os valores alcançados nos índices a Bahia alcançou 0,179, com uma diferença de 0,712 em relação a São Paulo, primeiro colocado, e de apenas 0,068 em relação ao Acre que ficou na última posição em 2024.

Conforme o Quadro 5, durante o período de 2014 a 2014 o estado da Bahia alcançou os seguintes resultados: ganhou uma posição no IBID, ganhou seis posições do IBID-Contexto e se manteve na décima quinta posição no IBID-Resultado.

Quadro 5. IBID, IBID-Contexto e IBID-Resultado, Bahia, 2014-2024.

Elemento	2014	2024	Comportamento
Ibid	16 ^a	15 ^a	Ganhou uma posição
Ibid-contexto	20 ^a	14 ^a	Ganhou seis posições
Ibid-resultado	15 ^a	15 ^a	Se manteve na mesma posição

Fonte: Elaboração dos Autores com base no IBID.

Considerando as Grandes Regiões do Brasil o IBID apresenta a Região Sudeste em primeiro lugar com o índice de 0,510, o Sul em segundo com 0,408, Centro-Oeste em terceiro com 0,254, Nordeste em quarto apresentando 0,174 e como quinta colocada a Região Norte alcançando 0,139 de índice.

Quando a análise se concentra apenas na Região Nordeste a Bahia, no ano de 2024, supera os estados de Sergipe, Paraíba, Piauí, Alagoas e Maranhão e é superada pelo Rio Grande Norte, primeiro colocado na Região, Pernambuco e Ceará, como demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 - IBID e Subíndices dos Estados do Nordeste – 2014 a 2024.

2024				2014		
UF	IBIB	IBID-Contexto	IBID-Resultado	IBIB	IBID-Contexto	IBID-Resultado
RN	11	12	13	13	13	13
PE	13	15	9	12	12	12
CE	14	17	11	15	15	14
BA	15	14	15	16	20	15
SE	16	20	12	14	16	10
PB	17	18	16	18	17	20
PI	18	16	22	21	21	19
AL	21	25	18	27	25	25
MA	26	27	19	25	27	21

Fonte: Elaboração dos Autores com base no IBID 2024.

6.2. Pilares

A Bahia, durante o período de 2014 a 2024, no conjunto dos sete pilares componentes do IBID, apresentou melhoras em quatro: Instituições, Infraestrutura, Economia e Economia criativa; e piorou em três: Capital humano, Negócios e Conhecimento e tecnologia, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 - Posição da Bahia nos Pilares do IBID - 2014 a 2024

Elemento	2014	2024	Comportamento
Instituições	26 ^a	16 ^a	Ganhou dez posições
Capital humano	21 ^a	23 ^a	Perdeu duas posições

Infraestrutura	14 ^a	13 ^a	Ganhou uma posição
Economia	12 ^a	9 ^a	Ganhou três posições
Negócios	18 ^a	24 ^a	Perdeu seis posições
Conhecimento e tecnologia	16 ^a	24 ^a	Perdeu oito posições
Economia criativa	15 ^a	12 ^a	Ganhou três posições

Fonte: *Elaboração dos Autores com base no IBID 2024.*

a) Instituições

No que se refere ao pilar Instituições, que versa sobre a estabilidade política geral, eficácia dos governos na implementação de leis e respostas às preocupações dos cidadãos, a Bahia ficou no décimo sexto posto com o índice de 0,418, contra São Paulo, o primeiro com 0,800 e Roraima o último com 0,229, no ano de 2024. Aqui temos o pilar em que a Bahia alcança o maior crescimento nos últimos dez anos ao sair da vigésima sexta posição em 2014 para décima sexta em 2024.

Um olhar sobre os subpilares formadores do IBID mostrou a Bahia na vigésima quinta posição em Ambiente institucional, nona em Ambiente regulatório e décima sétima em Ambiente de negócios mostrando que somente consegue superar os Estados do Maranhão e Roraima em Ambiente institucional.

b) Capital humano

Pilar que se liga intrinsecamente com o desenvolvimento de novas ideias, visto que a inovação não pode florescer sem investimento adequado no sistema educativo. E, na visão de Schawab e Porter (2008), é imperativo ter instituições de boa qualidade de ensino superior e centros de P&D.

Seguindo o mesmo comportamento dos demais pilares do IBID, no ano de 2024, o estado de São Paulo, com 0,852 de índice, fica em primeiro lugar, a Bahia na preocupante vigésima terceira posição com índice de 0,114 e em último lugar o estado de Alagoas com índice de 0,063. Em relação a sua vigésima primeira posição obtida no ano de 2014 a Bahia perdeu duas posições e obteve naquele ano o índice de 0,147.

No subpilar Educação básica a Bahia obtém a vigésima sexta posição e supera apenas o estado do Pará. Já em Ensino superior supera Alagoas e Maranhão, ao ficar com a vigésima quinta posição, e no subpilar P&D chega a seu melhor comportamento com a oitava posição.

c) Infraestrutura

O comportamento da Bahia em relação ao Pilar Infraestrutura que destaca o papel da infraestrutura geral e a importância crítica das Tecnologias de Comunicação da Informação (TIC) como facilitadores da inovação é algo mediano em relação às Unidades Federativas do Brasil com a décima terceira posição em 2024 e a décima quarta em 2014, ganhando apenas uma posição em dez anos. Relativamente ao valor do índice a Bahia sai de 0,363 no ano de 2014 para 0,416 em 2014.

Nas dimensões que compõem o processo avaliativo do Pilar encontramos o melhor resultado da Bahia em todo o IBID com a sua terceira posição na dimensão Sustentabilidade. Contudo, na dimensão TICs somente chega a vigésima primeira posição e em Infraestrutura geral a décima quarta.

d) Economia

No pilar do IBID que busca destacar o nível de tecnologia do país, contratação governamental de tecnologia avançada, o uso da internet por parte das empresas, bem como a absorção de tecnologia das empresas, gastos em P&D, pagamentos de royalties de licenças e colaboração de P&D em empresas e universidades, a Bahia ganha três posições no intervalo entre 2014 e 2024 ao sair da décima segunda posição para nona.

A fragmentação do Pilar Economia nos permite encontrar o estado da Bahia com a oitava posição em Crédito, décima primeira posição em Investimento e a sétima posição em Indústria, comércio e serviços.

Aqui também o estado de São Paulo é o primeiro colocado no ano de 2024 com o índice de 0,714, com a Bahia em nono lugar com índice de 0,330, com diferença a menor em relação a São Paulo de 0,384, aproximadamente

54% a menos, e ficando a última posição com o Distrito Federal que alcançou somente 0,071 de índice.

e) Negócios

Superando os estados de Roraima, Alagoas e Maranhão a Bahia ocupa apenas a vigésima quarta posição no pilar Negócios, com índice de 0,054, e São Paulo com 0,811 de índice é o primeiro nesta perspectiva do IBID no ano de 2024. Entre 2014 e 2024 a Bahia perde seis posições ao sair da décima oitava posição para a vigésima quarta, com uma redução do seu índice de 0,087 para 0,054.

Na dimensão Força de trabalho qualificada o estado da Bahia chega a vigésima sexta posição, na Apoio à inovação tem um comportamento mediano, na nona posição, e em relação a dimensão Absorção de conhecimento se mantém medianamente na décima terceira posição.

f) Conhecimento e tecnologia

Semelhante ao seu comportamento no pilar Negócios, a Bahia ao obter o índice 0,055 também vai ficar na vigésima quarta posição em relação as outras UFs e superando apenas os estados do Amapá, Pará e Tocantins, perdendo oito posições em relação ao ano de 2014 onde ficou em décimo sexto lugar no ranking. Já com 0,995 de índice em 2024 e 1,000 em 2014 o estado de São Paulo foi sempre o primeiro colocado.

Um olhar sobre as dimensões internas do Pilar Conhecimento e tecnologia vai nos mostrar a oitava posição da Bahia na dimensão Impacto do conhecimento, seu melhor resultado, a décima sexta posição em Criação de conhecimento e apenas vigésima quarta posição em Difusão do conhecimento.

g) Economia criativa

Em Economia criativa, segundo pilar de Saída na composição do IBID, o estado de São Paulo chega ao índice de 0,984, com um percentual superior em relação a Bahia de aproximadamente 87% no ano de 2024. A Bahia ficou na vigésima segunda posição com 0,128 de índice e na vigésima sétima posição e índice de 0,008 o estado do Acre, sendo o último.

No intervalo entre 2014 e 2024 o estado da Bahia ganhou três posições ao sair do índice de 0,122 para 0,128. Já no tocante as dimensões componentes do Pilar Economia criativa, na avaliação de 2024 do IBID, o estado da Bahia foi a décimo segundo em Ativos intangíveis, décimo terceiro em Bens e serviços criativos e décimo quinto em Criatividade online mostrando a sua incapacidade de alcançar resultados mais qualificados em relação aos demais estados do País.

No conjunto dos vinte e um subpilares que compõem o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) a Bahia, em um total de dez, obtém posições que lhe coloca na segunda metade entre as vinte e sete Unidades Federativas (UFs) do Brasil. Cabendo destacar as preocupantes vigésima sexta posições em Educação básica e Força de trabalho qualificada, vigésima quinta em Educação superior e vigésima quarta posição em Difusão do conhecimento, como demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 – Posição da Bahia nos subpilares do IBID – 2024.

Subíndice	Pilar	Sub-pilares	Posição
Ibid-contexto	Instituições	Ambiente institucional	25 ^a
		Ambiente regulatório	9 ^a
		Ambiente de negócios	17 ^a
	Capital humano	Educação básica	26 ^a
		Ensino superior	25 ^a
		P&d	8 ^a
	Infraestrutura	Tics	21 ^a
		Infraestrutura geral	14 ^a
		Sustentabilidade	3 ^a
	Economia	Crédito	8 ^a
		Investimento	11 ^a

	Negócios	Indústria, comércio e serviços	7 ^a
		Força de trabalho qualificada	26 ^a
		Apoio à inovação	9 ^a
		Absorção de conhecimento	13 ^a
Ibid-resultado	Conhecimento e tecnologia	Criação de conhecimento	16 ^a
		Impacto do conhecimento	8 ^a
		Difusão do conhecimento	24 ^a
	Economia criativa	Ativos intangíveis	12 ^a
		Bens e serviços criativos	13 ^a
		Criatividade online	15 ^a

Fonte: Elaboração dos Autores com base no IBID 2024.

7. Considerações finais

O Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) orientou a construção deste artigo e o mesmo se referenciou em um capítulo sobre Ecossistema de Inovação, outro sobre Desenvolvimento Regional e mais um sobre o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) onde o Índice de Inovação Global (GII) é trazido a voga e explicitada a sua importância para este ambiente de avaliação sobre inovação para os países e regiões.

Em resposta ao objetivo geral deste artigo: levantar e discutir os resultados alcançados pelo estado da Bahia no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), durante o período de 2014 a 2024, os resultados deixam claro a real necessidade da Bahia incorporar a inovação para o seu desenvolvimento e criar mecanismos, estratégias e políticas para promovê-lo.

Ao alcançar apenas a décima quinta posição dentre as 27 Unidades Federativas, obter melhor resultado no pilar Economia, com a nona posição, e sua pior posição, vigésima quarta, nos pilares Negócio e Conhecimento e tecnologia, a Bahia enfrenta grandes desafios para melhorar estes indicadores e, por extensão, qualificar os seus subíndices de entrada e saída de modo a induzir um desenvolvimento regional sustentável.

O olhar para as Grandes Regiões do Brasil mostra o Nordeste apresentando 0,174 de índice e na quinta colocação no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) no ano de 2024. Internamente, o estado da Bahia supera apenas os estados de Sergipe, Paraíba, Piauí, Alagoas e Maranhão e é superado pelo Rio Grande do Norte, primeiro colocado na Região, Pernambuco e Ceará.

Considerando o conjunto dos cinco pilares que compõem o Subíndice Contexto, responsável por gerar as condições indutoras a inovação e ao

desenvolvimento, a Bahia sai da vigésima posição em 2014 para a décima quarta em 2024. No que tange aos resultados individualizados dos pilares, ocorreram melhoras nos pilares Instituições, Infraestrutura e Economia. Contudo, Capital humano e Negócios trouxeram resultados preocupantes ao sair da vigésima primeira posição para a vigésima terceira no primeiro caso e da décima oitava para a vigésima quarta no segundo.

Relativamente ao Subíndice Resultado, que demonstra os impactos das ações de inovação nas regiões, temos o pilar Conhecimento e tecnologia que perdeu oito posições ao sair da décima sexta posição em 2014 para a difícil vigésima quarta em 2024. O segundo pilar, porém, traz um ganho de três posições ao avançar da décima quinta para a décima segunda em dez anos.

Percebe-se, deste modo, que o estado da Bahia se coloca em uma posição do IBID bastante distante do que poderia efetivamente alcançar se consideradas as suas características em termos de território, economia, contingente população, dentre outras.

Assim, coloca-se como factível evoluir na linha de que as métricas baixas apresentadas pelo Estado da Bahia são, seguramente, resultado de fatores como: a) estruturais e socioeconômicos (alta taxa de pobreza, baixo PIB per capita, falta de crescimento econômico e desenvolvimento de um ambiente de inovação mais robusto); b) educacionais (altas taxas de analfabetismo e qualidade do ensino); c) investimento em P&D (embora haja notícias recentes sobre grandes investimentos em P&D no estado, como a fábrica da BYD, historicamente o investimento em pesquisa e desenvolvimento tem sido insuficiente tanto por parte do setor público quanto do privado) e d) interação universidade-empresa (faz falta uma articulação mais forte entre universidades, centros de pesquisa e empresas de modo a evoluir na aplicação prática em produtos e serviços inovadores).

O Estado, no enfrentamento das suas fragilidades e na busca de solução para os problemas sinalizados, poderia desenvolver ações de fortalecimento do seu ecossistema de inovação via incentivo às startups e qualificar a conexão universidade-empresa; melhoria do capital humano via investimento em educação e capacitação em tecnologias, implementação de políticas públicas direcionadas a regulamentação, incentivos e fomento à pesquisa e desenvolvimento; e, buscando a diversificação e modernização da economia com apoio a novos setores e incentivo à inovação em setores tradicionais.

Finalmente, espera-se que o trabalho se coloque como um ponto de partida para aprofundar o conhecimento sobre o tema e, neste sentido, pode-se sugerir investigações nas seguintes linhas: a) comparativas entre a Bahia e outros estados; b) de caráter mais qualitativo; c) alcançando setores específicos da economia da Bahia; d) sobre impacto de uma determinada política pública no desempenho do IBID; e e) identificação dos gargalos e as oportunidades para que a Bahia melhore seu desempenho no IBID, dentre outros.

Referências

- Adner, R., & Kapoor, R. (2010). Value creation in innovation ecosystems: How the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. *Strategic Management Journal*, 31(3), 306–333. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1353582>
- Alam, M. A.; Rooney, D.; Taylor, M. From ego-systems to open innovation ecosystems: A process model of inter-firm openness. *Journal of Product Innovation Management* v. 39, n. 2, p. 177-201, 2022. <https://doi.org/10.1111/jpim.12615>
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), 35–70. Recuperado de <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Amitrano, C. C., Coppola, M., Tregua, M., & Bifulco, F. (2017). Knowledge sharing in innovation ecosystems: A focus on functional food industry. *International Journal of Innovation and Technology Management*, 14(5), 1750030. <https://doi.org/10.1142/s0219877017500304>
- Bagley, M. J.; Gifford, E.; McKelvey, M. The evolution of niche: variety in knowledge networks in the global music industry. *Industry and Innovation*, v. 29, n. 3, p. 425-462, 2022. <https://doi.org/10.1080/13662716.2021.2007758>
- Baloutsos, S.; Karagiannaki, A.; Pramataris, K. Identifying contradictions in an incumbent-startup ecosystem-an activity theory approach. *European Journal of Innovation Management*, v. 25, n. 6, p. 527-548, 2022. <https://doi.org/10.1108/ejim-04-2020-0114>
- Becker, B. K. (2001). Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: É possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, (12), 135–159.
- <https://doi.org/10.29327/projetar2023.658427>

9. Bin, A. (2008). Planejamento e gestão da pesquisa e da inovação: conceitos e instrumentos (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
10. <https://doi.org/10.47749/t/unicamp.2008.430818>
11. Boisier, S. (1996). Modernidad y territorio. Santiago, Chile: ILPES.
12. Carayannis, E. G., & Campbell, D. F. J. (2009). "Mode 3" and "Quadruple Helix": Toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *International Journal of Technology Management*, 46(3–4), 201–234. <https://doi.org/10.1504/ijtm.2009.023374>
13. Etzkowitz, H. (1996). A triple helix of academic–industry–government relations: Development models beyond 'capitalism versus socialism'. *Current Science*, 70(8), 690–693.
14. Felizola, M. P. M.; Aragão, I. M. de A. de; Silva, A. L. S. O Protagonismo do Ecossistema Catarinense de Inovação. *P2P E INOVAÇÃO*, v. 10, n. 1, p. 101-126, 2023. <https://doi.org/10.21728/p2p.2023v10n1.p101-126>
15. Ferasso, M. (2016). Inovações como fatores estratégicos de PMEs high-tech localizadas em ecossistemas de inovação na Europa e nos Estados Unidos da América: Uma análise a partir da abordagem das configurações (Projeto de tese). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.
16. Folz, C., & Carvalho, F. (2014). Ecossistema de inovação. Brasília, DF: Embrapa.
17. Gomes, L. A. V., Facin, A. L. F., Salerno, M. S., & Ikenami, R. K. (2018). Unpacking the innovation ecosystem construct: Evolution, gaps and trends. *Technological Forecasting and Social Change*, 136, 30–48. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.11.009>
18. Granstrand, O., & Holgersson, M. (2020). Innovation ecosystems: A conceptual review and a new definition. *Technovation*, 90–91, 102098.
19. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2019.102098>
20. Iansiti, M., & Levien, R. (2004). Strategy as ecology. *Harvard Business Review*, 82(3), 68–81.
21. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). (2004). Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento: IBID. Rio de Janeiro, RJ.
22. Jackson, D. J. (2011). What is an Innovation Ecosystem? National Science Foundation, Arlington, VA. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/266414637_What_is_an_Innovation_Ecosystem
23. Jishnu, V., Gilhotra, R. M., & Mishra, D. N. (2011). Pharmacy education in India: Strategies for a better future. *Journal of Young Pharmacists*, 3(4), 334–342.
24. <https://doi.org/10.4103/0975-1483.90248>
25. Kon, A. (2016). Ecossistemas de inovação: A natureza da inovação em serviços. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 7(1), 14–27.
26. <https://doi.org/10.13059/racef.v7i1.170.s58>
27. M. V. (Org.). (2015). Educação fora da caixa: tendência para a educação no século XXI. (Vol. 1, pp. 33–48). Florianópolis, SC: Bookess.
28. Miri, Daniel Hank e Macke, Janaina. Ecossistema de Inovação e Teoria das Trocas Sociais: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Revista Eletrônica de Administração (REAd)*. Porto Alegre 30 (2), Maio-Agosto 2024. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.404.133325>
29. Moore, J. F. (1993). Predators and prey: A new ecology of competition. *Harvard Business Review*, 71(3), 75–83.
30. Moore, J. F. (1996). The death of competition: Leadership and strategy in the age of business ecosystems. New York: Harper Business.
31. Pigford, A. A. E., Hickey, G. M., & Klerkx, L. (2018). Beyond agricultural innovation systems? Exploring an agricultural innovation ecosystems approach for niche design and development in sustainability transitions. *Agricultural Systems*, 164, 116–121.
32. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2018.04.007>
33. Pucci, T., Runfola, A., Guercini, S., & Zanni, L. (2018). The role of actors in interactions between "innovation ecosystems": Drivers and implications. *IMP Journal*, 12(2), 333–345. <https://doi.org/10.1108/imp-05-2017-0022>
34. Rabelo, R. J., & Bernus, P. (2015). A holistic model of building innovation ecosystems. *IFAC-PapersOnLine*, 48(3), 2250–2257.
35. <https://doi.org/10.1016/j.ifacol.2015.06.423>
36. Ritala, P., & Almpantopoulou, A. (2017). In defense of 'eco' in innovation ecosystem. *Technovation*, 60, 39–42. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2017.01.004>
37. Russell, M. G., & Smorodinskaya, N. V. (2018). Leveraging complexity for ecosystemic innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 136, 114–131.
38. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.11.024>
39. Schumpeter, J. A. (1997). Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo, SP: Editora Nova Cultura.
40. Schwab, K., & Porter, M. (2008). The global competitiveness report 2008–2009. Geneva, Suíça: World Economic Forum.
41. Siedenberg, D. R. (2006). Desenvolvimento regional. In D. R. Siedenberg (Org.), *Dicionário desenvolvimento regional* (p. 168). Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC.
42. Souza, C. M. M., & Theis, I. M. (2019). Desenvolvimento regional: abordagens contemporâneas. *Interações*, 20(1), 63–78.
43. Souza, J. G. (2016). Desenvolvimento? Como compreender e mensurar: Um estudo sobre o município do Conde (Tese de doutorado). Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, BA.

44. Spicka, J. Cooperation in a minimum-waste innovation ecosystem: a case study of the Czech Hemp Cluster. *International Journal of Emerging Markets* 1204286621, n. ahead-of-print, 2022. <https://doi.org/10.1108/ijoem-08-2021-1189>
45. Spinosa, L. M., Schlemm, M. M., & Reis, R. S. (2015). Brazilian innovation ecosystems in perspective: some challenges for stakeholders. *REBRAE*, 8(3), 386–400. <https://doi.org/10.7213/rebrae.08.003.A008>
46. Steinbruch, F. K.; Nascimento, L. da S.; Menezes, D. C. de. The role of trust in innovation ecosystems. *Journal of Business & Industrial Marketing*, v. 37, n. 1, p. 195-208, 2022. <https://doi.org/10.1108/jbim-08-2020-0395>
47. Teixeira, C. S., Trzeciak, D. S., & Varvakis, G. (2017). *Ecosistema de Inovação: Alinhamento Conceitual*. Florianópolis, SC: Perse.
48. Tsujimoto, M., Kajikawa, Y., Tomita, J., & Matsumoto, Y. (2018). A review of the ecosystem concept — Towards coherent ecosystem design. *Technological Forecasting and Social Change*, 136, 49–58. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.06.032>
49. Valkokari, K. (2015). Business, innovation, and knowledge ecosystems: How they differ and how to survive and thrive within them. *Technology Innovation Management Review*, 5(8), 17–24. <https://doi.org/10.22215/timreview/919>

EDITORIAL DETAILS AND AUTHOR CONTRIBUTIONS

Detalhes Editoriais e Contribuições Autorais

Financial support:

Not informed by the authors.

Open Science:

Bisneto, J. P. M., & Caldas, A. dos S. (2026). O Estado da Bahia e o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento – IBID: Um olhar para o período de 2014 a 2024. Feiras de negócios e laboratórios de inovação: Possíveis articulações. *Brazilian Journal of Management and Innovation (Revista Brasileira De Gestão E Inovação)*, 13(1), 59–69. <https://doi.org/10.18226/23190639.v13n1.06>

Interest conflicts:

The authors declare that they have no conflicts of interest.

Copyright:

RBGI owns the copyright of the published content.

Plagiarism Analysis:

RBGI performs plagiarism analysis on all its articles at the time of submission and after approval of the manuscript using the iThenticate tool.

Author 1

José Pereira Mascarenhas Bisneto
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
<https://orcid.org/0000-0002-7488-4879>
mascarenhas@ufrb.edu.br

Author 2

Alcides dos Santos Caldas
Universidade Federal da Bahia - UFBA
<https://orcid.org/0000-0003-4554-4741>
alcides.caldas@ufba.br

Authors' statement of individual contributions (Not informed by the authors.)

Roles	Contributions	
	Author 1	Author 2
Conceptualization		
Data curation		
Formal analysis		
Funding acquisition		
Investigation		
Methodology		
Project administration		
Resources		
Software		
Supervision		
Validation		
Visualization		
Writing – original draft		
Writing – review & editing		